

**Processo nº: 088/2026**

**Modalidade: Pregão Eletrônico – RP**

**Edital nº: 57/2026**

**Tipo: Menor Preço Por Item**

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PNEUS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DEMANDADAS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

## **I- RELATÓRIO**

Por força do disposto no 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC), veio a esta Procuradoria Geral do Município, para emissão de Parecer sobre sua fase de planejamento, o processo administrativo supra referido.

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade licitar o objeto supra referido, mediante licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

- I) Documento de formalização da demanda;
- II) Solicitação da Secretaria Municipal;
- III) Pesquisa de mercado com cotações de preços;
- IV) Estudo técnico preliminar;
- V) Justificativa constante nos documentos;
- VI) Autorização;
- VII) Termo de referência;
- VIII) Minuta do Edital e Anexos.

Destaca-se também que a pesquisa de preço deve atender ao estabelecido no art. 23, seus parágrafos e incisos da lei 14.133/2021, devendo a estimativa de preços utilizada na presente licitação ser verificada minuciosamente pela equipe de apoio e Secretaria Municipal responsável, se realmente correspondem com os valores praticados no mercado.

É a síntese do necessário.

## II- APRECIÇÃO JURÍDICA

### Finalidade e abrangência do parecer jurídico

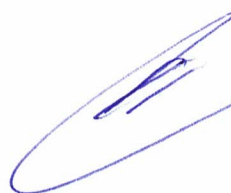
A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

*“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

*§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

- I - *apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*
- II - *redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.”*

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.



Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

*“Enunciado BPC nº7*

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”*

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências..

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.





O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

*“Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar



*o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*

IX - *a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa*

*de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*

X - *a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*

XI - *a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.”*

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, o estudo técnico preliminar, pesquisa mercadológica, ressaltando-se novamente que deve ser verificada minuciosamente pela equipe de apoio e Secretaria Municipal responsável, se realmente correspondem com os valores praticados no mercado, o termo de referência, o decreto de designação do agente de contratação e da equipe de apoio, a minuta do Edital.

Nos termos apresentados na justificativa de contratação, buscou a administração municipal demonstrar sua necessidade, cabendo ao gestor municipal, através de seu poder discricionário, verificar os requisitos de atendimento ao interesse público.

Ademais, registra-se a inexistência do plano anual de contratações nesta administração municipal, o que prejudica a análise de compatibilidade da contratação com o referido plano, em que pese, em sua interpretação literal, não se





tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, *in fine*:

*“Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte: VII - a partir de documentos de formalização de demandas, **os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão**, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.”*

O Estudo Técnico Preliminar também informa que não há Plano de Contratação Anual (PCA) mas consta na previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA) e Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) do município para o ano de 2026.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contem os elementos mínimos legais objetivando o atendimento da necessidade pública.

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos também possuem os elementos mínimos necessários ao atendimento da contratação.

### **Da Minuta do Edital**

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública. Diante do apresentado, afere-se, salvo melhor juízo, que os itens da minuta do Edital e seus anexos estão definidos com observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:



OAB/MG 3.611  
Avenida Olegário Maciel, 2.345, sala 302  
Santo Agostinho - CEP: 30180.112 - BH - MG  
Fone: (31) 3291.3647

*“Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.”*

Dessa forma, deve a administração indicar o(s) gestor(es) e o(s) fisca(is) do presente objeto, nos termos de nomeação da autoridade da competente.

### **Publicidade do edital e seus anexos**

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sitio oficial do Município.

### **III- CONCLUSÃO**

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica, uma vez adotadas as providências assinaladas e abstendo, obviamente da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, desde que, e após atendidas pela Secretaria de Compras e Licitações, todas as condicionantes acima defendidas por este advogado parecerista, **OPINO**, s.m.j, que o presente certame licitatório poderá, posteriormente, ter prosseguimento.

É o parecer, sujeito a apreciação da autoridade superior.

Patrocínio, 08 de maio de 2026.



Edésio Henrique Santos

Consultor Jurídico